

Afasia e o modelo interacional de comunicação¹

Lívia Miranda de Oliveira²

RESUMO: Na perspectiva da fonoaudiologia a afasia é considerada um distúrbio da linguagem. Embora exista uma considerável variação nesse conceito na tentativa de uma maior precisão, essa definição básica é aceita por praticamente todos os clínicos e investigadores que lidam com essa patologia. Por outro lado, as abordagens de estudo da afasia são bastante distintas. Neste artigo, explico o que vem a ser a afasia e faço uma breve explanação do Modelo Interacional de Comunicação, buscando entender esse distúrbio da linguagem sob a óptica desse modelo.

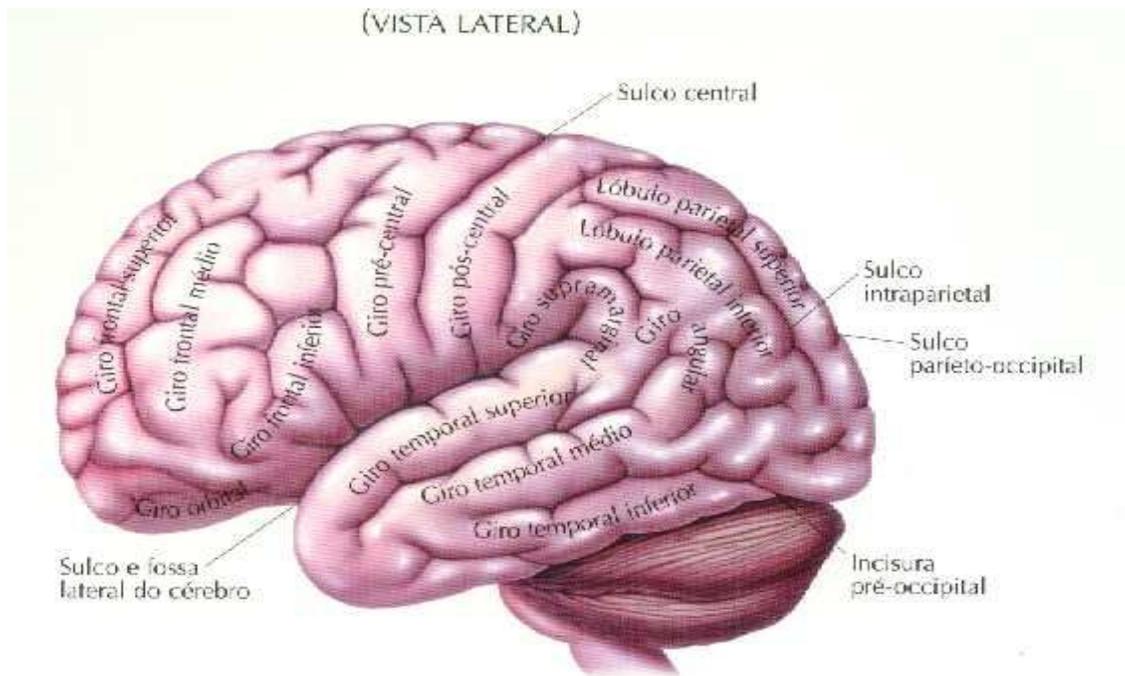
PALAVRAS-CHAVE: Afasia, Modelo Interacional de Comunicação, Intersubjetividade

1. Entendendo melhor essa patologia

A afasia consiste em um distúrbio da linguagem (oral e escrita) decorrente de uma lesão cerebral (Acidente Vascular Encefálico – AVE, Traumatismo Crânio Encefálico – TCE, tumor, entre outros). Devido ao fato de a linguagem ser considerada uma das principais ferramentas de comunicação, qualquer impedimento em seu processamento possivelmente irá comprometer, em variados graus, a capacidade de comunicação da pessoa afetada. Esse comprometimento varia de acordo com o local e a extensão da lesão, podendo alterar sistemicamente a capacidade de produção e/ou a capacidade de compreensão da linguagem verbal, e a competência pragmática. Lesões em regiões anteriores do hemisfério cerebral esquerdo costumam comprometer a produção verbal, enquanto que lesões em regiões posteriores desse mesmo hemisfério provavelmente comprometem a compreensão verbal. Isso, tomando como referência o sulco central (ver figura abaixo) que divide as regiões do cérebro em anteriores e posteriores.

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada “A co-construção de identidades em interações face-a-face entre pessoas com e sem afasia de expressão”, defendida em 2008, no Programa de Pós-graduação em Linguística da UFJF, sob orientação da Profa. Dra. Sonia Bittencourt Silveira.

² Fonoaudióloga graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005) e mestre em linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2008).



Quanto à extensão da lesão, o comprometimento da linguagem verbal, seja em relação à produção ou em relação à compreensão, é diretamente proporcional à mesma. Assim sendo, uma pessoa com afasia com alteração da produção verbal pode apresentar desde um comprometimento leve em que seu discurso é marcado apenas por anomia – traço mais proeminente de um distúrbio afásico –, até um comprometimento mais severo em que a pessoa perde a capacidade de emitir qualquer sinal lingüístico. Alterações da compreensão abrangem tanto dificuldade em compreender sentenças complexas (ex.: sentenças passivas, sentenças que implicam relações espaciais, entre outras) e/ou longas, no caso de comprometimentos leves, quanto dificuldade em compreender qualquer sinal lingüístico, no caso de comprometimentos mais severos. Além dessas alterações, as afasias, em geral, são acompanhadas por alterações de outros processos cognitivos e por sinais neurológicos como a hemiplegia (perda total da força de um lado do corpo), a hemiparesia (perda parcial da força de um lado do corpo), as agnosias (distúrbio do reconhecimento), as apraxias (distúrbio da gestualidade), a discalculia (distúrbio do cálculo).

A dicotomia mais utilizada para classificar afasia é a divisão expressiva/receptiva que chama atenção para as duas desordens clínicas mais perceptíveis. Esta divisão foi originalmente sugerida por Wisenburg e Mc Bride (1935) (*apud* Benson & Ardila, 1996), e continua sendo utilizada nos dias de hoje. Benson e Ardila (1996) consideram que essa classificação é ao mesmo tempo correta e inexata, uma vez que poucas pessoas com afasia estão completamente livres de dificuldades receptivas (alteração da compreensão) e nenhuma

pessoa com afasia fica isenta de problemas expressivos (alteração da produção). Na minha opinião, deve haver muito cuidado no entendimento do que seriam os problemas expressivos. Se nos referirmos a todas as habilidades de expressão que essas pessoas apresentam não estaremos sendo fidedignos à classificação acima, visto que a mesma considera problemas expressivos apenas os problemas de expressão verbal. Todavia, não podemos negligenciar as outras formas de expressão além da fala que essas pessoas mantêm preservadas. Talvez seria mais coerente não restringir a tipologia das afasias a essa dicotomia, e considerar as dificuldades receptivas e expressivas como sendo dificuldades de expressão verbal e de compreensão verbal, respectivamente. No que diz respeito à recepção, Luria (1981) defende que a dificuldade dessas pessoas não se encontra propriamente na recepção da fala, mas sim na diferenciação dos sons da fala, estágio subsequente à recepção, que leva a uma agnosia acústica ou, com base nos distúrbios da fala, a uma afasia sensorial. Portanto, as pessoas com este tipo de afasia apresentam compreensão verbal sistemicamente afetada, ou seja, a dificuldade de diferenciação dos sons da fala é que altera a compreensão da mesma. Torna-se necessário reforçar que se habilidades de expressão ou compreensão estão alteradas ou não nas pessoas com afasia, trata-se de habilidades lingüísticas uma vez que a ferramenta comprometida é a linguagem.

O discurso de pessoas que apresentam afasia de expressão pode ser marcado por diversas manifestações lingüísticas, como: anomia (dificuldade de nomeação), dificuldade em acessar o léxico ou recuperar informações a ele referente (dificuldade de encontrar palavras), parafrasia verbal (substituição de palavras), parafrasia literal (substituição de parte de palavras), fala telegramática (com predominância de substantivos e verbos de ação e escassez de adjetivos, advérbios e preposições, conferindo um estilo telegráfico ao discurso) (Murdoch, 1997). No que diz respeito à fala telegramática/agramática, Schegloff e Heeschen (2003) apresentam os padrões globais de caracterização desse tipo de fala de acordo com a maioria das línguas européias, alegando que esses padrões se referem às seguintes características: fala não-fluente e laboriosa, empobrecimento das estruturas sintáticas disponíveis, sentenças e frases construídas incorretamente, falhas na construção de frases ou sentenças, morfologia incorreta e omissão de elementos morfológicos (p.232). Todavia, essas são alterações lingüísticas, ou melhor, distúrbios específicos de linguagem, portanto, do código. Nesse caso, no que tange à comunicação, não podemos dizer que a mesma sofreu impedimento, e sim comprometimento, uma vez que comunicar é muito mais que falar, ou seja, é muito mais que utilizar sinais lingüísticos para transmitir uma mensagem. A

capacidade de participar da organização pragmática da fala-em-interação, que pessoas com afasia apresentam, corrobora essa perspectiva que não restringe a comunicação à fala.

2. Uma breve explanação do Modelo Interacional de Comunicação e sua contribuição para o desenvolvimento de um novo “olhar” para o processo de comunicação envolvendo pessoas com afasia

Sob a óptica desse modelo, manter o foco nos déficits lingüísticos a fim de explicar a alteração da capacidade de comunicação significa seguir na contracorrente de uma perspectiva que prima pela multimodalidade do processo de comunicação. Este modelo defende que o comportamento, tanto verbal quanto não-verbal, de uma pessoa pode ser entendido como comunicação. Assim, comportamentos como silêncio e direcionamento do olhar, informações físicas como suor e rubor, qualidades paralingüísticas de elocuições verbais, gestos, posturas e expressões faciais, entre outros, transmitem mensagem mesmo não sendo intencionais nem conscientes. Portanto, é importante enfatizar que a afasia deve ser repensada à luz de um modelo de comunicação que envolve, além do código lingüístico, uma ampla gama de sinais paralingüísticos e mesmo não-lingüísticos.

O modelo interacional de comunicação abarca os fundamentos necessários para melhor entender a comunicação humana na interação. Ao defender que o que subjaz a comunicação é o comportamento e que todo comportamento em uma situação interacional tem valor de mensagem, esse modelo está considerando que todo comportamento é comunicativo (e.g. atividade ou inatividade, palavras ou silêncio, todos tem valor de mensagem). Sendo assim, a comunicação ocorre quando um indivíduo encontra-se em uma situação interativa, ou seja, quando seus comportamentos, intencionais ou não, estão disponíveis às observações dos outros. No que diz respeito ao caráter intencional de um comportamento, Goffman (1959) fala dos papéis intencional e não-intencional através da distinção entre “informação dada” e “informação *given-off*”, em que “informação dada” é aquela informação intencionalmente designada a ser percebida como comunicativa, e “informação *given-off*” é aquela informação transmitida sem intenção de ser percebida como comunicativa (*apud* Schiffrin 1994). A esse respeito, Schiffrin (1994:398) argumenta que “pelo fato de qualquer dos dois tipos de informação poder ser interpretado por um recipiente, qualquer dos dois tipos é comunicativo”. Embora a definição de “informação dada” e “informação *given-off*” esteja calcada no que é ou não intencional, os fundamentos do modelo interacional de comunicação conduz a uma diminuição do papel atribuído às intenções, o que

leva a uma mudança na concepção do papel dos participantes (falante e ouvinte), destinando ao recipiente/ouvinte um papel muito mais ativo do que o papel que lhe tem sido atribuído em outros modelos de comunicação. Neste modelo, o recipiente participa da construção do significado da mensagem uma vez que encontra significado em comportamentos situados e tenta atribuir diferentes interpretações (referenciais, emotivas, sociais, entre outras) a qualquer que seja a informação disponível. Sendo assim, o significado emerge da interação entre informação intencional e não-intencionalmente emitida por um ator, a forma como a informação é situada, e as interpretações que o recipiente designa a essa informação (Schiffrin, 1994). Entretanto, a interpretação do recipiente pode divergir do que foi pretendido por quem produziu a mensagem. Neste caso, baseado em Watzlawick e colaboradores (1967:49, *apud* Schiffrin, 1994) que defende que não podemos “dizer que comunicação somente toma lugar quando (...) entendimentos mútuos ocorrem”, podemos argumentar que mesmo quando a intersubjetividade não é alcançada, existe comunicação. Se o foco não está na intenção do produtor da mensagem, como no modelo inferencial³, o fato desta não ser alcançada, e devido a isso o recipiente não atingir o significado pretendido pelo emissor, não anula o processo comunicativo que houve na tentativa de chegar a um entendimento comum. Uma vez que mensagens foram transmitidas e recebidas, e interpretações foram construídas, indiferente de a intenção de quem produziu a mensagem ser alcançada, está ocorrendo comunicação, pois, como defende o modelo interacional, o foco não é a intenção do falante. Entendendo a intersubjetividade como um entendimento comum, ou melhor, um entendimento compartilhado, não significa que devemos situar a mesma em um lugar à margem da comunicação, pois ela pode não ser imprescindível para o processo de comunicação, mas assim é para o sucesso do mesmo em algumas circunstâncias.

Segundo Schiffrin (1994:401),

o conhecimento do recipiente de uma mensagem pode levar a uma interpretação que diverge do que foi pretendido por seus produtores. O único lugar onde a intersubjetividade desempenha um papel é no campo do conhecimento linguístico prévio: conhecimento partilhado que permite a decodificação da informação linguística. Mas pelo fato do modelo interacional situar mais ênfase em como a informação é situada, ele é menos código-dependente e, portanto, menos dependente da intersubjetividade assumida para subjazer um código compartilhado.

³ Schiffrin (1994) apresenta os três modelos de comunicação: modelo do código, que analisa o significado do sinal linguístico, ou seja, o código propriamente dito; modelo inferencial, que analisa a intenção do sinal linguístico; e o modelo interacional, que, ancorado na noção de informação situada, analisa aspectos que vão além do código, como práticas sociais, comportamentos, entre outros.

Na minha opinião, a intersubjetividade encena um papel muito importante uma vez que o sucesso da comunicação, em muitas circunstâncias, depende do fato de a mesma ser permeada pela intersubjetividade, além, é claro, da contribuição das pistas de contextualização⁴, informações relevantes para a inferência situada⁵.

A fim de apenas introduzir argumentos a favor deste construto que contribui para os componentes expressivo e lingüístico sinalizados na mensagem – as pistas de contextualização – retorno ao modelo interacional de comunicação. Este é menos dependente do código e mais dependente do contexto do que os modelos do código e inferencial. Por isso, considera que outras fontes de informações além dos sinais emitidos em um código têm efeitos significativos no comportamento do recipiente, como as informações descobertas no contexto e as informações trazidas para a comunicação pelo próprio recipiente (e.g. conhecimento de mundo, estados psicológicos, etc.). Por conseguinte, podemos dizer que enquanto o modelo do código analisa o significado do sinal lingüístico, ou seja, o código propriamente dito, e o modelo inferencial analisa a intenção do sinal lingüístico, o modelo interacional, ancorado na noção de informação situada, analisa aspectos que vão além do código. Neste contexto emergem interpretações situadas que são tornadas possíveis por meio das pistas de contextualização – construto que, segundo Schiffrin (1994), liga intimamente os sociolingüistas interacionais ao modelo interacional de comunicação. De acordo com a sociolingüística interacional, uma informação só tem sentido se for interpretada no contexto, e esta interpretação torna imprescindível a relevância das pistas de contextualização – “informações *given-off*” que ajudam a sinalizar pressuposições contextuais, influenciando tanto a qualidade expressiva de uma mensagem quanto seu significado básico (proposicional) (Gumperz 1982 a:131).

Para Schiffrin (1994:402):

A proposta que as pessoas utilizam pistas de contextualização para fazer inferência (para Gumperz, inferência situada) significa que a habilidade para contar com “informação *given-off*” é parte da capacidade cognitiva através da qual os interactantes interpretam o que está em curso. Pistas de contextualização também têm função social de exibição de identidade social e definição da situação (p. 402).

⁴ Esta noção envolve qualquer signo verbal ou não-verbal que ajude os falantes a ter uma pista, e os ouvintes a construir inferências. As pistas de contextualização incluem traços prosódicos e entonação, traços paralingüísticos – tempo e riso -, escolha de código e de expressão lexicais particulares (Duranti & Goodwin, 1992).

⁵ A noção lógica de “inferência” tem sido ampliada nos estudos sobre o uso da linguagem tais como os de Gumperz que usa o termo para se referir a “*aqueles processos mentais que permitem que os conversacionalistas evoquem o background cultural e as expectativas sociais necessárias para interpretar a fala*” (Duranti & Goodwin, 1992, p.229).

Além de sinalizar pressuposições contextuais e facilitar inferências, as pistas de contextualização indicam mudanças de footing – alinhamentos que assumimos para nós mesmos e para os outros. “Os alinhamentos que adotamos para nós mesmos e para os outros apresentam como expressos na forma como conduzimos a produção ou recepção de um enunciado” (Goffman, 1981:128). Assim sendo, as pistas de contextualização auxiliam o recipiente que, sob a óptica do modelo interacional de comunicação, tem um papel mais ativo, na interpretação de informações situadas, quer sejam “informações dadas” ou “informações *give-off*”. Dessa forma, essas pistas acabam por refletir a visão de que a comunicação é situada: “as pistas ajudam a transmitir o significado expressivo e a força ilocucionária de uma mensagem, em parte por indicar em qual frame (e.g. Qual atividade de fala, qual tom) o recipiente deve localizar um enunciado” (Schiffrin, 1994:403). A identificação do frame e a descoberta de quais footings estão atuando em uma dada atividade consiste em um passo fundamental para se chegar à interpretação de uma mensagem.

Enfim, a comunicação é um meio de trazer os participantes envolvidos para um conhecimento mútuo, uma percepção comum de uma idéia, uma emoção e etc., ou seja, é um meio que possibilita aos atores sociais criarem realidades sociais intersubjetivas. Diante disso, podemos concluir que o modelo interacional de comunicação fornece subsídios para o estudo da afasia em situações comunicativas onde o código é apenas um dos aliados e o contexto é extremamente relevante, pois é dele que emergem as pistas de contextualização a partir das quais inferências são realizadas a fim de se chegar à interpretação da mensagem culturalmente situada.

3. Desvendando o lugar da intersubjetividade

Como mencionei anteriormente, a comunicação é um meio de trazer os participantes envolvidos para um conhecimento comum de uma idéia, sendo, portanto, um meio que possibilita aos atores sociais criarem realidades sociais intersubjetivas, o que faz intervir a noção de intersubjetividade.

De acordo com Schegloff (1992:1299), a intersubjetividade consiste na “convergência potencial entre os ‘realizadores’ de uma ação ou uma parte da conduta, e seus recipientes, como co-produtores de um incremento de realidade interacional e social”.

O autor (1992: 1299) ainda argumenta que:

a intersubjetividade não é uma questão de intersecção generalizada de crenças ou conhecimentos, ou procedimentos para gerar crenças ou conhecimentos. Nem surge como um ‘problema de intersubjetividade’. Ao invés, aspectos específicos de parcelas

específicas de conduta que compõem o padrão e a tessitura da vida social cotidiana criam as ocasiões e os recursos para o entendimento, que também podem entrar em questão nos entendimentos problemáticos.

Contudo, podemos considerar que a intersubjetividade em uma conversa é alcançada quando as ações dos participantes e as interpretações dessas ações estão em ressonância, ou melhor, convergem-se em um entendimento partilhado por quem realizou as ações e por quem as interpretou adequadamente.

Schiffrin (1990) argumenta que a Análise da Conversa aceita explicitamente o princípio da intersubjetividade, assumindo que falante e ouvinte constroem visão partilhada de suas conversas por conhecerem as regras envolvidas na mesma. Mas, a autora considera que a intersubjetividade não necessita subjazer um modelo de comunicação de uma forma tão tácita como assumido pela Análise da Conversa.

Todos os modelos de comunicação concordam que o processo de comunicação envolve, no mínimo, duas entidades (a pessoa que transmite a mensagem e a pessoa que recebe a mensagem) (Smith, 1997; Martinich, 1984, *apud* Schiffrin, 1990). Existe divergência, entretanto, a respeito de como essas duas entidades participam do processo de comunicação, e da natureza e conteúdos exatos de uma mensagem (Schiffrin, 1990:132-133). Existem duas concepções diferentes do papel comunicativo da pessoa que transmite a mensagem (ator): ator como aquele que exhibe intenções; e ator como aquele que exhibe informações. Cada papel ajuda a criar diferentes visões da mensagem e de seus ouvintes. Por conseguinte, diferentes visões de ator, mensagem e ouvintes fazem surgir diferentes assunções sobre a intersubjetividade. Segundo Schiffrin (1990:133-134),

Embora muitas análises lingüísticas da comunicação sempre rotulam ‘transmissor’ e ‘receptor’ como ‘falante’ e ‘ouvinte’ respectivamente, a escolha desse conjunto de termos é, também, teoricamente implicativa e conseqüente: o uso de ‘falante’ e ‘ouvinte’ conforme a assunção tácita que a comunicação é tipicamente verbal, e que os papéis comunicativos podem se concisamente segregados como papéis relativamente ativo versus passivo (i.e. falar versus ouvir).

O uso de uma divisão de duas partes também implica que não mais que dois papéis de participação estão disponíveis, ignorando, assim, as muitas formas em que os participantes criam e exibem muitos status de participação dependendo de suas orientações (produtiva ou receptiva) ao que é dito.

O modelo interacional de comunicação considera ‘ator’ aquele indivíduo cujo papel primário na comunicação é exhibir informação, e cujas ações (verbais ou não-verbais) são potencialmente comunicativas simplesmente porque estão disponíveis à interpretação de um ouvinte. Essa concepção transfere parte da responsabilidade pela comunicação do ‘ator’ para o ‘ouvinte’, além de alterar a visão de mensagem. Sendo assim, o ‘ouvinte’ passa a ser

entendido como aquele que usa seu conhecimento de mundo para fazer inferências sobre significados expressivo e social da informação particular a qual eles têm acesso (tanto ações não-verbais como direção de olhar, quanto ações verbais); e mensagem é considerada como não sendo somente referencial, já que o domínio do que pode ser considerado comunicativo inclui os comportamentos não-verbais. Portanto, ao ouvinte é designado um papel muito mais ativo, e ao código lingüístico é atribuído um papel menor em virtude de as mensagens não consistirem de apenas ações verbais (Schiffrin, 1990:142). De acordo com essa perspectiva a comunicação não se fundamenta no alcance da intersubjetividade; o objetivo da comunicação é o alcance do ouvinte de uma interpretação da informação exibida. Os procedimentos utilizados pelos ouvintes ao interpretarem as exibições dos outros não necessitam espelhar naqueles usados pelos atores ao produzirem exibições. Portanto, o único lugar que a intersubjetividade continua a realizar um papel é no campo do conhecimento prévio (Schiffrin, 1990).

Quando o foco volta para a conversa, Schiffrin (1990) alega que a relevância da intersubjetividade é interativamente conduzida e negociada pelos participantes durante uma conversa particular. A autora acredita que as práticas conversacionais são utilizadas para conduzir tal relevância, podendo maximizar ou minimizar o papel que ela desempenha na conversa. A intersubjetividade é altamente relevante quando dois indivíduos compartilham a responsabilidade de construção de um turno (Schiffrin, 1990).

Portanto, podemos concluir que, ao voltar seu foco para a conversa a Análise da Conversa considera que é construída intersubjetivamente, ou seja, que a intersubjetividade permeia todo o processo. Schiffrin (1990), por sua vez, foca a comunicação em geral, ou seja, todos os processos de comunicação, e, por conseguinte, considera que a intersubjetividade deve perpassar apenas o campo do conhecimento prévio. Assim sendo, podemos inferir que para a autora a intersubjetividade não necessita subjazer todo e qualquer processo comunicativo, uma vez que o objetivo da comunicação é o alcance do ouvinte de uma interpretação da informação exibida, e que os procedimentos utilizados para exibição e interpretação da mensagens não necessitam ser compartilhados.

4. Considerações Finais

O presente artigo apresentou a relação entre afasia e o modelo interacional de comunicação, ancorado na interseção entre fonoaudiologia e lingüística em defesa da

interface Linguagem-Interação. Em relação à comunicação das pessoas com afasia, este artigo chamou a atenção para o fato de existirem outros recursos (não-verbais) disponíveis, tão importantes quanto o código, através dos quais essas pessoas podem se fazer entender, mostrando a relevância das pistas de contextualização, diante da escassez de recursos lingüísticos, para construção de inferências situadas. Além disso, desvendou o lugar da intersubjetividade nos processos de comunicação, destacando, dentre esses processos, a conversa.

Referências Bibliográficas:

- BENSON, D. F. & ARDILA, A. **Aphasia: A clinical perspective**. New York: Oxford University Press, 1996.
- GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (Orgs.) **Sociolingüística Interacional**. Porto Alegre: Ager, 1998. p.70-97.
- GUMPERZ, J. J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (Orgs.) **Sociolingüística Interacional**. Porto Alegre: Ager, 1998.
- HEESCHEN, C., & SCHEGLOFF, E. A. Agrammatism, adaptation theory, conversation analysis: on the role of so-called telegraphic style in talk-in-interaction. **Afasiology**, v. 13, n. 4/5, p.365-405, 1999.
- HEESCHEN, C.; SCHEGLOFF, E. A. Aphasic agrammatism as interactional artifact and achievement. In: C. Goodwin (Org.). **Conversation and brain damage**. New York: Oxford University Press, 2003. p. 231-282.
- LURIA, A. R. **Fundamentos em Neuropsicologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- MORATO, E. M. Neurolingüística. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à lingüística II: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2004. p.143-170.
- MURDOCH, B. E. **Desenvolvimento da fala e distúrbios da linguagem**: Uma abordagem neuroanatômica e neurofisiológica. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.
- SCHEGLOFF, E. A. Repair after next turn: the last structurally provided place for the defence of intersubjectivity in conversation. **American Journal of Sociology**, v. 95/5, p.1295-1345, 1992.
- SCHIFFRIN, D. The principle of intersubjectivity in communication and conversation. **Semiotica**, v. 80, p.121-151, 1990.
- SCHIFFRIN, D. Discourse and Communication. In : _____. **Approaches to discourse**. UK, USA: Blackwell, 1994. p.386-405
- SCHIFFRIN, D. Interactional Sociolinguistics. In: _____. **Approaches to discourse**. UK, USA: Blackwell, 1994. p.97-136